

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de seguro total e danos a terceiros para 19 (dezenove) veículos, sendo 11 da marca VW/ Modelo Saveiro 1.6 CS, ano 2012/2013, cor branca e 08 da marca Fiat/ Modelo Strada Hard Working CD 1.4 cabine dupla, cor branca, ano 2020/2020, utilizados nas ações de vigilância em saúde e controle de vetores, da SMS – Coordenadoria Regional de Saúde Leste, conforme as especificações técnicas e demais disposições constantes deste termo.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/11/2023, as 09h00

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (NÃO)

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

ÍNDICE

I-EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 Embasamento legal;
- 2 Objeto;
- 3 Condições de participação;
- 4 Acesso às informações;
- 5 Impugnação do Edital;
- 6 Apresentação de propostas e preços;
- 7 Abertura da sessão e classificação inicial da proposta de preços;
- 8 Etapa de lances;
- 9 Modo de disputa aberto e fechado;

- 10 Julgamento;
- 11 Habilitação;
- 12 Fase recursal;
- 13 Adjudicação e homologação;
- 14 Preço, repactuação e dotação;
- 15 Condições do ajuste;
- 16 Prazo para início da prestação dos serviços e condições;
- 17 Condições de recebimento e pagamento;
- 18 Penalidades;
- 19 Disposições finais;

II ANEXOS

- ANEXO I:** Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Prestação do Serviço
- ANEXO II:** Minuta do Contrato
- ANEXO III:** Modelo de Declaração de Vistoria
- ANEXO IV:** Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO V:** Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo
- ANEXO VI:** Modelo de Declarações
- ANEXO VII:** Critérios para Análise Econômico-Financeira

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SMS/Coordenadoria Regional de Saúde Leste, situada na Avenida Pires do Rio, 199 – Vila Americana- São Miguel Paulista, São Paulo, Capital, CEP 08020-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com

critério de julgamento de menor preço, objetivando a prestação de serviços descrita(s) na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925209, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **09h00 do dia 06/11/2023**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> **UASG nº 925209- Coordenadoria Regional de Saúde Leste**.

Toda e qualquer divergência da descrição do Objeto, prevalecerá sempre o descrito neste Edital.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

- 2.1** O presente pregão tem por objeto a contratação de seguro total e danos a terceiros para 19 (dezenove) veículos, sendo 11 (onze) da marca VW /Modelo Saveiro 1.6 CS, ano 2012/2013, cor branca e 08 (oito) da marca Fiat/Modelo Strada Hard Working CD 1.4 cabine dupla, cor branca, ano 2020/2020, utilizados nas ações de vigilância em saúde e controle de vetores, da SMS – Coordenadoria Regional de Saúde Leste, conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital e nas condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo II.
- 2.2** Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil:**

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) **não** estejam sob processo de falência:

c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) **não** se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

e.1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

e.2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

e.3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e.4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria:

e.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

e.5) Não poderão participar da licitação OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) atuando nessa condição.

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e seus anexos.

3.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico **licitacaocrsleste@prefeitura.sp.gov.br**.

4.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, **licitacaocrsleste@prefeitura.sp.gov.br**, em seu corpo ou documento anexo;
- 5.1.1** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:
- a)** do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
 - b)** do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.
- 5.2** Caberá ao pregoeiro manifestar-se, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;
- 5.3** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame;
- 5.4** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial;
- 5.5** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados;
- 5.6** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;
- 5.7** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o VALOR DO PREÇO GLOBAL ANUAL, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema;
- 6.1.1** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;
- 6.1.2** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações;
- 6.1.3** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;
- 6.1.4** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- 6.1.5** Os preços cotados deverão ser realizados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título;
- 6.1.6** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título;
- 6.1.7** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme disposto no Item 6.1 deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações e declarações

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante;

6.1.8 A proposta deverá ter validade de **60 (sessenta)** dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

6.1.9 Toda e qualquer divergência da descrição do objeto, entre a divulgação da licitação no site (www.gov.br/compras) e o Edital, prevalecerá sempre o descrito nesse Edital.

7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico;

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada;

7.3 Serão desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;

b) que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, que permitam a sua identificação.

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema;

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes;

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8 ETAPA DE LANCES

- 8.1** Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor;
- 8.2** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação;
- 8.3** A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 8.4** A licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;
- 8.5** As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 8.6** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 8.7** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 8.8** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
- 8.8.1** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado;

8.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão;

8.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso;

8.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado;

8.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida;

- 8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições;
- 8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes;
- 8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo;
- 8.14** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado;
- 8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 9.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado;
- 9.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos;
- 9.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;
- 9.4** Em sequência será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo;

9.4.1 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

10 JULGAMENTO

- 10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto;
- 10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação;
- 10.3** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.6.8, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação;
- 10.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento;
- 10.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3;
- 10.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta;
- 10.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a

proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos;

- 10.8** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação;
- 10.9** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances;
- 10.10** Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital;
- 10.11** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor;
- 10.12** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11 HABILITAÇÃO

- 11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação;
- 11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

11.2.1 Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação;

11.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet;

11.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada;

11.4 Por meio de aviso lançado no sistema via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital;

11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;
 - d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder;
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal;
- g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- a)** Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
- a.1)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente;
- b)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;
- b.1)** Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
- b.2)** Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
- b.2.1)** Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
- b.2.2)** As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;
- b.2.3)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no ANEXO VI será considerada inabilitada;

c) Patrimônio líquido ou capital social correspondente a 5% do valor estimado da contratação.

11.5.4 Qualificação técnica:

a) Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

a.1) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade;

b) Prova de regularidade que ateste que o licitante esteja em dia com suas obrigações perante o órgão competente;

c) Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro;

d) Declaração da seguradora indicando o nome de representante/corretor credenciado, seu endereço, na cidade de São Paulo, telefone e número do CNPJ/CPF, durante a vigência do contrato, objetivando prestar esclarecimentos e informações pertinentes ao contrato, receber e resolver reclamações, inclusive para os casos de urgência, em observância ao disposto no art. 118 da Lei Federal 14.133/2021 c/c o disposto art. 127 e parágrafos do Decreto Lei 2063/194 .

11.5.5 Outros Documentos:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

11.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade;

11.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor;

11.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio;

11.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

11.6.4.1 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante;

11.6.5 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;

11.6.6 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos;

11.6.7 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado;

11.6.8 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- c)** Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;
- d)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;
- e)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

11.6.8.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.9 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação;

11.9.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada;

11.9.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015;

11.9.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital;

11.9.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases, caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema;

11.9.4 Após a entrega de todos dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.9.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12 FASE RECURSAL

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

12.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento;

12.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- 12.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 12.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados;
- 12.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos;
- 12.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 PREÇO, REPACTUAÇÃO E DOTAÇÃO

- 14.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado;
- 14.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida;
- 14.3** Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

custos, por meio de planilha de custos e formação de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral;

14.3.1 A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

14.3.2 A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço ou da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos;

14.3.3 A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido e não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido;

14.3.4 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, observados os procedimentos previstos nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022;

14.3.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais;

- 14.4** Os recursos necessários para suporte do contrato onerarão as dotações números **84.26.10.301.3003.2.520.33903900.00.1.500.9001.0** do orçamento vigente.

15 CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 15.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital;

- 15.2.** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados;

15.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal;

15.2.2 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital;

15.2.3 Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação;

- 15.3** O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

15.3.1 O prazo para formalização do ajuste poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

15.3.2 O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade;

15.4 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação;

15.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação;

15.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – **UASG nº 925209-**

Coordenadoria Regional de Saúde Leste;

15.4.3 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.5 A licitante vencedora:

a) não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

b) deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual;

c) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

16 PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Ordem de Início dos Serviços;

16.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta que deverá estar de acordo com o Termo de Referência, no local e horário discriminados no Anexo II deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual;

16.1.2 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 meses, contados da data de início da execução, prorrogável por até 05 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo I deste Edital;

16.2 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual;

16.2.1 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente;

16.2.2 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização;

16.2.3 Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.3 A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual;

16.4 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital;

17.2 Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal 62.100/22, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

18 PENALIDADES

18.1 Além das penalidades a seguir e ainda, sem prejuízo das sanções previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal 14.133/2021, a contratada estará sujeita às outras penalidades abaixo estipuladas nos itens subsequentes, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexadas aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

18.2 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21;

18.2.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.3 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura.

18.3.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

18.4 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto;

18.5 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

18.5.1 Pela inexecução total do ajuste, MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao total do contrato;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

18.5.2 Pela recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou termo aditivo, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

18.5.3 Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas e ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

18.5.3.1 Advertência;

18.5.3.2 Multas:

18.5.3.2.1 1% (um por cento), diária, sobre o valor anual do contrato, quando não cumpridas fielmente às condições pactuadas, até a data da correção da falha, imperfeição ou irregularidade, até o limite de 10 (dez) dias, contados a partir da data prevista para o início da execução do serviço ou da notificação.

18.5.3.2.2 Ultrapassado o prazo acima mencionado, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à multa de 10% (dez por cento) do valor estimado anual do Contrato, facultada a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021.

18.6 Pela inexecução parcial do ajuste, MULTA DE 10% (dez por cento), sobre o valor do Contrato.

18.7 Pelo não atendimento ao chamado por parte da Contratante, no prazo de até 02 (duas) horas, para a assistência contratual, MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do veículo.

18.7.1 Ultrapassados o prazo de 02 (duas) horas, sem o atendimento para a realização da assistência contratual, configurar-se-á inexecução parcial, prevista no item 18.4.3.

18.8 MULTA por descumprimento de quaisquer das cláusulas e itens obrigacionais do contrato: 3% (três por cento) sobre o valor do contrato.

18.9 Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, MULTA DE 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- 18.10** MULTA DE 1% (um por cento) sobre o valor faturado no mês da ocorrência para:
- 18.10.1** Falta de polidez no trato com usuários e/ou funcionários da PMSP por ocorrência e por empregado;
- 18.10.2** Falta de uniforme, crachá de identificação e/ou equipamentos, por ocorrência e por empregado.
- 18.11** Pela rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.
- 18.12** MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por não atendimento a solicitação da CONTRATANTE para apresentação da documentação referente aos recolhimentos fiscais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outros documentos necessários, a fim de se comprovar a regularidade da CONTRATADA.
- 18.13** As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, podendo, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.
- 18.14** O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, caso tenha se encerrado o contrato.
- 18.15** A sanção contratual prevista no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, projeta efeitos somente no ente federativo que tiver aplicado a sanção.
- 18.16** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 18.17** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à **Coordenador(a) Regional de Saúde Leste**, e protocolizado nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas;
- 18.18** Serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile ou correio eletrônico;
- 18.19** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital;

- 18.20** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 18.21** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.
- 18.22** O prazo para pagamento de multas será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação da CONTRATADA, sendo possível, a critério da CONTRATANTE, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido à CONTRATADA.
- 18.23** O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo débito no CADIN e no Sistema Municipal da Dívida Ativa, bem como o ajuizamento do competente processo de execução fiscal.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;
- 19.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;
- 19.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

- 19.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame;
- 19.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 19.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 19.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos;
- 19.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 19.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21;
- 19.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro, se for o caso, as Unidades competentes;
- 19.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- 19.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente;
- 19.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;
- 19.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria;
- 19.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21;
- 19.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro;
- 19.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame;
- 19.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- 19.18** O Pregoeiro e a Equipe de Apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e nos sistemas indicados;
- 19.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>;
- 19.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22;

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- 19.21** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 10 de outubro de 2023.

Nilza Maria Piassi Bertelli

Coordenadora

Coordenadoria Regional de Saúde Leste



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL E DANOS A TERCEIROS PARA 19 (DEZENOVE) VEÍCULOS, SENDO 11 DA MARCA VW / MODELO SAVEIRO 1.6 CS, ANO 2012/2013, COR BRANCA E 08 DA MARCA FIAT/ MODELO STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA, COR BRANCA, ANO 2020/2020, UTILIZADOS NAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E CONTROLE DE VETORES, DA SMS – COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE, conforme as especificações técnicas e demais disposições constantes deste Termo.

2 – DADOS DOS VEÍCULOS

2.1 QUANTIDADE: 11 (ONZE) VEÍCULOS

MARCA/FABRICANTE: VOLKSWAGEN; **MODELO:** SAVEIRO 1.6 CS, 02 portas

VERSÃO: 1.6 CS;

ANO/MODELO: 2012/2013;

VALOR ATUAL DE MERCADO: R\$ 38.282,00 (trinta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais –
Mês de ref. Setembro/2023 Tabela Fipe

UTILIZAÇÃO – Realização de atividades de vigilância em saúde e controle de vetores na Cidade de São Paulo, principalmente para o transporte de inseticidas, equipamentos e equipes para a execução de atividades de controle do Aedes aegypti.

COMBUSTÍVEL: Combustível flexível (gasolina e/ou etanol em qualquer proporção)

LOCAL DE RISCO – Região Metropolitana de São Paulo

Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

Tabela 1

Nº.	PREFIXO	PLACA	CHASSIS Nº.	MARCA	VEÍCULO	ANO/MODELO	UNIDADE DE LOTAÇÃO
1	CT0820.0	DJM3796	9BWK05U2DP169986	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS ERMELINO MATARAZZO
2	CT0839.1	DJM 3800	9BWK05U6DP172180	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS GUAIANASES
3	CT0847.2	DJM 3754	9BWK05U9DP174084	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS ITAIM PAULISTA
4	CT0856.1	DJM 3757	9BWK05U0DP175057	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS ITAIM PAULISTA
5	CT0846.4	DJM 3763	9BWK05U1DP173592	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS ITAQUERA
6	CT0845.6	DJM 3778	9BWK05U7DP173547	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS ITAQUERA
7	CT-0828.6	DJM3774	9BWK05U7DP170714	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS ITAQUERA
8	CT0830.8	DJM 3788	9BWK05U4DP170878	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS SÃO MATEUS
9	CT0843.0	DJM 3791	9BWK05U6DP172521	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS SÃO MATEUS
10	CT0861.8	DJM3775	9BWK05U1DP177125	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS SÃO MIGUEL
11	CT0835.9	DJM3785	9BWK05U5DP171506	VOLKSWAGEN	SAVEIRO 1.6 CSFLEX	2012/2013	UVIS SÃO MIGUEL

2.2 QUANTIDADE: 08 (OITO) VEÍCULOS

MARCA/FABRICANTE: FIAT; **MODELO:** FIAT STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA;

VERSÃO: FLEX 1,4 EVO 8V 85/88cv;

ANO/MODELO: 2020/2020

VALOR ATUAL DE MERCADO: R\$ 71.511,00(setenta e um mil, quinhentos e onze reais) – Mês de ref. Setembro/2023 Tabela Fipe

UTILIZAÇÃO – Realização de atividades de vigilância em saúde e controle de vetores na Cidade de São Paulo, principalmente para o transporte de inseticidas, equipamentos e equipes para a execução de atividades de controle do Aedes aegypti.

COMBUSTÍVEL – Combustível flexível (gasolina e/ou etanol em qualquer proporção)

LOCAL DE RISCO – Região Metropolitana de São Paulo

Tabela 2

Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

Nº.	PLACA	CHASSIS Nº.	MARCA	VEÍCULO	ANO/MODELO	UNIDADE DELOTAÇÃO
1	FAQ-7C41	9BD57834FLY424254	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS CIDADE TIRADENTES
2	EOF-7G43	9BD57834FLY424300	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS CIDADE TIRADENTES
3	EGY-5J73	9BD57834FLY424341	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS ERMELINO MATARAZZO
4	GIQ-4F25	9BD57834FLY424345	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS GUAIANASES
5	EDU-8E46	9BD57834FLY424328	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS ITAIM PAULISTA
6	EXC-1F38	9BD57834FLY424326	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS ITAQUERA
7	BSY-7A37	9BD57834FLY424269	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS SÃO MATEUS
8	DBL-2C09	9BD57834FLY424288	FIAT	STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA	2020/2020	UVIS SÃO MIGUEL

Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

Tabela 3

UNIDADE DE LOTAÇÃO	Endereço	E-mail	Telefone	Responsável
UVIS CIDADE TIRADENTES	RUA MANOEL MOSCOSO, 15 – CIDADE TIRADENTES – CEP 08470- 570	suviscidtirad@prefeitura.sp.gov.br	2285-5011 2282-4166	PATRICIA DE OLIVEIRA ESMERINI
UVIS ERMELINO MATARAZZO	AV. SÃO MIGUEL, 5977 – VILA NORMA – CEP 08070-002	suvisermelino@prefeitura.sp.gov.br	2042-6018	NELSON OLIVEIRO FERNANDES JUNIOR
UVIS GUAIANASES	R.PROF.FRANCISCO PINHEIRO,179 – VILA PRINCESA ISABEL– CEP 08410- 020	suvisguaianases@prefeitura.sp.gov.br	2554-8152	VALÉRIA MARIA ROCHA MENDES
UVIS ITAIM PAULISTA	RUA ERERE, 260 - CEP 08030- 400	suvisitaimpta@prefeitura.sp.gov.br	3808-3077	SHEILA BARBANCHODOS ANJOS
UVIS ITAQUERA	AV. PROF. JOÃO BATISTA CONTI, 331 – CONJUNTO RESIDENCIAL JOSÉ BONIFÁCIO – CEP 08255-210	suvisitaquera@prefeitura.sp.gov.br	2521-0561	ANDRÉ CESAR DA SILVA
UVIS SÃO MATEUS	AV. RAGUEB CHOIFI, 1400 - PQ. SÃO LOURENÇO – CEP 08375-001	suvisssmateus@prefeitura.sp.gov.br	2013-1139	CAROLINA PALOPOLI PEREZ
UVIS SÃO MIGUEL	RUA JOSÉ PEREIRA CARDOSO, 193 – SÃO MIGUEL PAULISTA – CEP 08011-310	suvisssmiguel@prefeitura.sp.gov.br	2058-4644	ANDREIA DOS SANTOS PAIXÃO

3 - JUSTIFICATIVA

A COORDENADORIA REGIONAL EM SAÚDE LESTE, necessita contratar o SEGURO TOTAL e DANOS A TERCEIROS, objeto da presente licitação, tendo em vista, ser de fundamental relevância a segurança e a proteção de seu patrimônio, sendo este **19 (DEZENOVE) VEÍCULOS, SENDO 11 DA MARCA VW / MODELO SAVEIRO 1.6 CS, ANO 2012/2013, COR BRANCA E 08 DA MARCA FIAT/ MODELO STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA, COR BRANCA, ANO 2020/2020, UTILIZADOS NAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE E CONTROLE DE VETORES, DA SMS – COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE LESTE** bem como ressarcimentos de possíveis danos causados a terceiros resguardando, em consequência, o interesse público na alocação e economia do erário municipal.

4 – DESCRIÇÃO DO SEGURO A SER CONTRATADO

4.1 - **SEGURO TOTAL:** Colisão, Incêndio, Furto, Roubo, Danos causados pela natureza, Explosão, Raio e suas consequências, Responsabilidade Civil – danos materiais e corporais decorrentes de



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

acidentes causados a terceiros.

4.2 - VALORES E COBERTURAS:

Cobertura para vidros, retrovisores, faróis, para-brisa e lanternas;

Responsabilidade Civil: Danos Materiais – R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) /Corporais - R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

APP por passageiro – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Colisão, Incêndio, Furto, Roubo e danos causados pela natureza 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE

Casco 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE.

5 – CONDIÇÕES GERAIS

As coberturas serão para cada um dos veículos descritos

- a) Assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo serviços de guincho, chaveiro para carro, recuperação de veículo em caso de acidente/pane, troca de pneu e socorros mecânicos gerais;
- b) Cobertura dentro dos limites da Região Metropolitana de São Paulo;
- c) Validade de Apólice: O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, contados da data constante na ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS, renovável por iguais e sucessivos períodos, pelo prazo máximo de 60 meses;
- d) A cobertura do casco será pelo valor de cada veículo especificado;
- e) Franquia no valor máximo de até 6% do valor do casco de cada veículo;
- f) Cobertura do seguro em caso de morte e/ou invalidez;
- g) A cobertura por danos materiais e danos pessoais será por cada veículo;
- h) A Administração em caso de necessidade e, devidamente justificada, poderá a qualquer momento proceder à inclusão de novos VEÍCULOS;
- i) Os veículos poderão ser remanejados entre as Unidades da Coordenadoria Regional de Saúde Leste.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Emissão de cartão de identificação da apólice, com número da apólice de seguro e dados do veículo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, após a Ordem de Início de Serviços, permitindo



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

assim um fácil acesso dos usuários, cobrindo o bem contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP,

6.2 – Emitir relatório de ocorrências de sinistros de cada veículo da frota;

6.3 – Manter empresas credenciadas, para execução dos reparos advindos de sinistros, dentro da Cidade de São Paulo;

6.4 – A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

6.5 - A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

6.6 - Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 2 (duas) horas após o aviso de sinistro.

6.7– Indicar a empresa mais próxima das unidades onde os veículos prestam serviços, para elaboração do orçamento e autorização dos reparos.

6.5. – A apresentação do orçamento deverá ser apresentada no prazo de 03 (três) dias úteis;

6.6 – Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância seguradas), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro alteradas através do endosso;

6.7 – Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela CRS.Leste;

6.8 – Permanecer como única e total responsável perante o CONTRATANTE inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

6.9 – De acordo com a Lei 4.594 de 29/12/1964 e suas alterações o corretor de seguro poderá responder administrativamente, penalmente e civilmente por todos os atos que possam prejudicar os segurados, por imperícia, negligência ou dolo.

6.10 – O corretor de seguros poderá responder pelas declarações contidas nas propostas por ele assinadas, nos termos da Lei 4.594 de 29/12/64;

6.11 - Manter, durante toda a execução do objeto contratado, em compatibilidade com as



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 92, XVI, da Lei Federal 14.133/21;

6.12 - Comunicar ao Contratante qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante no Contrato.

6.13 – A contratada deve possuir central de informações a clientes e serviço de atendimento, por meio de chamadas gratuitas;

6.14 – A contratada adote os veículos seguros de identificação de seguro e manual de procedimento no caso de sinistro;

6.15 – A contratada garanta que, em caso de sinistro, o prazo para indenização das coberturas será de 20 dias;

6.16 – A contratada garanta que, quando for verificada a impossibilidade de reparar o veículo na localidade em que o mesmo se encontrar, este deverá ser rebocado para oficinas credenciadas na Cidade de São Paulo para a realização dos reparos necessários, sem cobrança de valores a título excedente de quilometragem pelo deslocamento do automóvel ao destino final;

6.17 – A Contratada deve liberar a Coordenação da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 639/2021 e alterações, nos casos de;

- a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais; ou
- b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências;

6.18 – A Contratada deve fornecer cartão individualizado de identificação de cada veículo, que deverá conter todas as informações indispensáveis para o atendimento, acionamento e utilização do seguro;

6.19- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

6.20- Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, preferencialmente, em concessionária ou em empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da CRS.Leste, procedendo a reposição utilizando-se de peças novas e originais.

6.21- Constituirão ainda obrigações da Contratada: O seguro de veículos da frota do Contratante deverá ser do tipo abrangente com franquia reduzida obrigatória, incluindo:



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

- a. Dar cobertura total contra colisões, roubo ou furto total, raios e suas consequências, incêndio e explosão e danos causados pela natureza, ainda que resultante de atos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- b. Cobrir danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, assim como, as despesas necessárias ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina ou local adequado mais próximo da ocorrência no caso de utilização do guincho.
- c. Oferecer plano de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com extensão em toda a Grande São Paulo com reboque disponível;
- d. Prestar assistência no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir do comunicado feito pelo condutor do veículo ou pelo fiscal do Contrato;
- e. Cobrir as despesas provenientes de danos materiais e/ou danos corporais, causados a terceiros, além de despesas com custas judiciais e honorários de advogados, desde que decorram de reclamações relacionadas com os riscos cobertos, respeitando os limites máximos de indenização estipulados na apólice, bem como, as despesas necessárias ao transporte dos veículos até a oficina ou local, indicados pelo Contratante, no caso de utilização do guincho;
- f. Ter cobertura para Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Materiais;
- g. Ter cobertura para Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Corporais;
- h. Ter cobertura de morte ou invalidez para passageiro e/ou condutor do veículo;
- i. Considerar a perda total do veículo em caso de roubo, furto ou acidente, quando o valor estimado para sua reparação exceder a 75% do valor de mercado, observado no momento da ocorrência do sinistro, de acordo com a tabela da FIPE.
- j. Garantias adicionais: ao segurado, até o valor do respectivo limite máximo de responsabilidade de acessórios (vidros para-brisa, faróis/lanternas/retrovisores) relacionados na proposta que forem considerados parte integrante do veículo segurado, contra os eventos garantidos pela cobertura contratada para o veículo e condutores dos veículos indeterminados;
- k. A Contratada é obrigada informar o nome de representante/corretor credenciado, seu endereço, o nome do preposto que irá representá-la quando da execução do contrato, fornecendo telefone, e-mail na cidade de São Paulo, endereço e telefone de contato, para os casos de urgência, em conformidade com o art. 187 da Lei Federal 14.133/2021 c/c o art. 127



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

e parágrafos do Decreto Lei 2063/1940.

1.1. – Conceder ao segurado desconto na renovação do seguro que aumente progressivamente, caso não haja sinistro na vigência da apólice anterior.

7– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1– Comunicar à Seguradora sobre os sinistros para que esta providencie a remoção dos veículos até a empresa indicada para elaboração do orçamento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

7.2– Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços de reparos;

7.3– Exercer, por meio de servidor especialmente designado, a fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

7.4– Cumprir todas as normas e condições do presente Termo;

7.5– Assegurar à **CONTRATADA** o pronto pagamento do prêmio do seguro;

7.6– Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado;

7.7– Informar a **CONTRATADA** sempre que houver transferência de veículo;

7.8– Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.

8 – DA VISTORIA

8.1– É facultativo às empresas interessadas, por intermédio de seus respectivos representantes, efetuar vistoria para que tomem conhecimento das respectivas condições, no local mencionado na tabela 3.

8.2 – As vistorias deverão ser realizadas em qualquer dia útil até o último dia que antecede a abertura do certame licitatório, entre às 08h00 e 15h00, devendo ser agendadas com o contato indicado no item 2, tabela 3, que acompanhará a vistoria.

8.3– Quando da realização da vistoria, deverá o representante da empresa interessada, apresentar-se à unidade, devidamente munido de documento de credenciamento.

8.4 – Ao término da vistoria, o representante da empresa deverá exigir que lhe seja fornecido um Atestado de Vistoria (Modelo anexo), que deverá, obrigatoriamente, estar datado e assinado pelo responsável da unidade requisitante, com a respectiva identificação funcional



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

legível, bem como, das informações do veículo.

9 - DO ENDOSSO

9.1 - Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela CRS.Leste e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso de inclusão de novos veículos para a CRS.Leste.

9.2 - O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

10 - DA LEGISLAÇÃO ESPECIAL

10.1 - A apólice de seguro deverá atender às disposições do Decreto-Lei nº 73/66 e alterações e, em especial a regulamentação das Circulares SUSEP nº 621/2021 e demais alterações.

11 – DOS PAGAMENTOS E PRAZO

- a. – O pagamento do prêmio de seguro dar-se-á em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo das apólices.
- b. – Caso a empresa vencedora emita boleto para pagamento, este deverá ter, pelo menos 20 (vinte) dias de validade, entre a entrega e o vencimento.
- c. – O pagamento será efetuado a crédito de conta corrente no Banco do Brasil SA.
- d. – A empresa vencedora deverá estar cadastrada no sistema contábil como fornecedora da PMSP e, possuir Conta Corrente no Banco do Brasil informando na proposta a agência e número da conta.
- e. – A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor da franquia diretamente à empresa indicada pela Seguradora para execução dos reparos.
- f. – A vigência da apólice do seguro veicular deverá ser de 12 (doze) meses, contados da data constante na ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Parecer 06/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

12 - DA FISCALIZAÇÃO

- a. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma do art. 7.º da Lei Federal 14.133/21.
- b. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscal designado.
- c. Solicitar à CONTRATADA a nova execução que, porventura, forem rejeitados pela Fiscalização, sem quaisquer ônus para a CRS.Leste.

13- ISENÇÃO DO IOF

13.1 - Conforme o artigo 2.º, § 3º, do Decreto nº 6.306/2007, e alterações, nas transações relativas ao seguro veicular os órgãos públicos são isentos do pagamento do IOF – Imposto sobre Operações Financeiras.

14 - DESCRIÇÃO VEÍCULOS A SEREM SEGURADO

QUANTIDADE: 11 VEÍCULOS MARCA/FABRICANTE: VOLKSWAGEN; MODELO:MARCA / FABRICANTE:

VOLKSWAGEN

SAVEIRO 1.6 CS, 02 portas;

VERSÃO: 1.6 CS; ANO/MODELO: 2012/2013

QUANTIDADE: 08 VEÍCULOS

MARCA/FABRICANTE: FIAT;

MODELO: FIAT STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA;VERSÃO: FLEX 1,4 EVO 8V 85/88cv;

ANO/MODELO: 2020/2020

15 – DAS PENALIDADES

Além das penalidades a seguir e ainda, sem prejuízo das sanções previstas no Título IV do Capítulo I



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

da Lei Federal 14.133/2021, a contratada estará sujeita às outras penalidades abaixo estipuladas nos itens subsequentes, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexadas aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

15.1 - Pela inexecução total do ajuste, MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao total do contrato;

15.2 - Pela recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou termo aditivo, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

15.3 - Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas e ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

15.3.1 - Advertência;

15.3.2 - Multas:

15.3.2.1 - 1% (um por cento), diária, sobre o valor anual do contrato, quando não cumpridas fielmente às condições pactuadas, até a data da correção da falha, imperfeição ou irregularidade, até o limite de 10 (dez) dias, contados a partir da data prevista para o início da execução do serviço ou da notificação.

15.3.2.2 - Ultrapassado o prazo acima mencionado, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à multa de 10% (dez por cento) do valor estimado anual do Contrato, facultada a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021.

15.3.2.3 - Pela inexecução parcial do ajuste, MULTA DE 10% (dez por cento), sobre o valor do Contrato;

15.3.2.4 - Pelo não atendimento ao chamado por parte da Contratante, no prazo de até 02 (duas) horas, para a assistência contratual, MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do veículo;

15.3.2.5 - Ultrapassados o prazo de 02 (duas) horas, sem o atendimento para a realização da assistência contratual, configurar-se-á inexecução parcial, prevista no item 9.3.2.3;

15.3.2.6 - MULTA por descumprimento de quaisquer das cláusulas e itens obrigacionais do contrato: 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

15.3.2.7 - Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, MULTA DE 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

15.3.2.8 - MULTA DE 1% (um por cento) sobre o valor faturado no mês da ocorrência para:

15.3.2.8.1 - Falta de polidez no trato com usuários e/ou funcionários da PMSP por ocorrência e por empregado;

15.3.2.8.2 - Falta de uniforme, crachá de identificação e/ou equipamentos, por ocorrência e por empregado.

15.3.3 - Pela rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

15.3.4 - MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por não atendimento a solicitação da CONTRATANTE para apresentação da documentação referente aos recolhimentos fiscais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outros documentos necessários, a fim de se comprovar a regularidade da CONTRATADA.

15.4 - As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

15.5 - As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, podendo, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

15.6 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, caso tenha se encerrado o contrato.

15.7 - A sanção contratual prevista no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, projeta efeitos somente no ente federativo que tiver aplicado a sanção.

16 – CONDIÇÕES DA PROPOSTA

a. – Os proponentes deverão apresentar as propostas em papel timbrado contendo os seguintes dados e conforme modelo da Proposta

- Cabeçalho da Empresa com CNPJ;
- Assinatura do Responsável pela Empresa;
- Preço global do prêmio (valor total: contratação do seguro + franquia);
- Validade da Proposta: 60 dias;
- Número da Agência e Conta Corrente no Banco do Brasil.

b. – As empresas deverão apresentar a seguinte relação de documentos fiscais, quando solicitado, e todos dentro do prazo de validade:



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- c) Certidão Negativa de Tributos Mobiliários;
- d) Certidão Negativa de Tributos Imobiliários;
- e) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – TST;

17 DOCUMENTAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A) - Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a boa qualidade dos serviços prestados, compatível com o objeto licitado.

B) - Prova de regularidade que ateste que o licitante esteja em dia com suas obrigações perante o órgão competente.

C) - Prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro.

D) - Declaração da seguradora indicando o nome de representante/corretor credenciado, seu endereço, na cidade de São Paulo, telefone e número do CNPJ/CPF, durante a vigência do contrato, objetivando prestar esclarecimentos e informações pertinentes ao contrato, receber e resolver reclamações, inclusive para os casos de urgência, em observância ao disposto no art. 118 da Lei Federal 14.133/2021 c/c o disposto art. 127 e parágrafos do Decreto Lei 2063/1940.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARO que a empresa, CNPJ nº., através do senhor(a), RG. nº., efetuou **VISTORIA** nesta data nos VEÍCULOS que farão parte do rol da pretensa contratação, localizados à



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

....., e que

esses elementos são suficientes para elaboração da proposta de preço, cujo objeto é a
CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA 11 (ONZE) VEÍCULOS DA MARCA
VOLKSWAGEN - MODELO SAVEIRO 1.6 CS, ANO 2012/2013, COR BRANCA e 08
VEÍCULOS DA MARCA FIAT - MODELO STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE
DUPLA, COR BRANCA, ANO 2020/2020 descrito no Termo de Referência.

São Paulo,dede 2.023.

(Assinatura/Carimbo/Servidor)

(responsável pelo acompanhamento da visita)



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

18 - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 No julgamento da proposta, esta Área Técnica Requisitante poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

18.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

18.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Termo de Referência, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

18.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21

18.8 A Área Técnica Requisitante poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

18.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pela Área Técnica Requisitante e, se for o caso, as Unidades competentes.

18.10 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, o Termo de Referência, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

18.11 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

18.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

18.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.14 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

18.15 O resultado deste procedimento e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

18.16 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

18.17 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste, conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO..... /2023-CRS.LESTE

PROCESSO:

CONTRATANTE: Coordenadoria Regional de Saúde Leste /Secretaria Municipal da Saúde/Prefeitura do Município de São Paulo

CONTRATADA:

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste.

VALOR ANUAL: R\$ (.....)

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da data constante na Ordem de Início de Serviços, podendo ser prorrogado à critério da Administração, por igual prazo, até o limite estabelecido em lei (artigo 106 da Lei Federal 14.133/21)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Aos..... dias do mês de de , na Coordenadoria Regional de Saúde Leste, situada na Av. Pires do Rio, 199 – São Miguel Paulista/São Paulo-SP, compareceram de um lado a Prefeitura do Município de São Paulo, através da Coordenadoria Regional de Saúde Leste, representado pela Coordenadora,, ora designada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, CNPJ, ora designada CONTRATADA,



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

representada por, tendo em vista o despacho autorizatório proferido no link do SEI

....., fica ajustado a presente instrumento contratual, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021, e suas posteriores alterações e por meio das cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de seguro total para 19 (dezenove) veículos, sendo 11 DA MARCA VW / MODELO SAVEIRO 1.6 CS, ano 2012/2013, cor branca e 08 DA MARCA FIAT/ MODELO FIAT STRADA HARD WORKING CD 1.4 cabine dupla, cor branca, ano 2020/2020, utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores de SMS – Coordenadoria Regional de Saúde Leste, a descrição dos veículos encontra-se no item 2 e 14 do Termo de Referência.

1.2 - Fazem parte integrante deste Contrato, independente de sua transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico, o Termo de Referência, a Proposta da Contratada e Anexos, bem como, os demais elementos constantes do referido processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - O serviço contratado será realizado sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – Emissão de cartão de identificação da apólice, com número da apólice de seguro e dados do veículo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços, permitindo assim um fácil acesso dos usuários, cobrindo o bem contra prejuízos e despesas devidamente comprovados e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

3.2 – Emitir relatório de ocorrências de sinistros de cada veículo da frota;



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

- 3.3 – Manter empresas credenciadas, para execução dos reparos advindos de sinistros, dentro da Cidade de São Paulo;
- 3.4 – A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 3.5 - A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 3.6 - Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 2 (duas) horas após o aviso de sinistro.
- 3.7 - Indicar a empresa mais próxima das unidades onde os veículos prestarão serviços, para elaboração do orçamento e autorização dos reparos.
- 3.8 - Oferecer plano de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com extensão em toda a Grande São Paulo com reboque disponível;
- 3.9 – Emitir documento que contenha os dados do seguro e o bem segurado, coberturas, valores contratados (importância seguradas), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como modificações que produzam durante a vigência do seguro alteradas através do endosso;
- 3.10 – Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela CRS.Leste.
- 3.11 – Permanecer como única e total responsável perante o CONTRATANTE inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização se situações decorrentes de eventuais sinistros;
- 3.12– De acordo com a Lei 4.594 de 29/12/1964 e suas alterações o corretor de seguro poderá responder administrativamente, penalmente e civilmente por todos os atos que possam prejudicar os segurados, por imperícia, negligência ou dolo.
- 3.13 – O corretor de seguros poderá responder pelas declarações contidas nas propostas por ele assinadas, nos termos da Lei 4.594 de 29/12/64;
- 3.14 – Manter, durante toda a execução do objeto contratado, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 92, XVI, da Lei Federal 14.133/21;
- 3.15 – Comunicar ao Contratante qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

considerar perfeita a notificação realizada no endereço constante no Contrato.

3.16 – A contratada deve possuir central de informações a clientes e serviço de atendimento, por meio de chamadas gratuitas;

3.17 – A contratada adote os veículos segurados de identificação de seguro e manual de procedimento no caso de sinistro;

3.18 – A contratada garanta que, em caso de sinistro, o prazo para indenização das coberturas será de 20 dias;

3.19 – A contratada garanta que, quando for verificada a impossibilidade de reparar o veículo na localidade em que o mesmo se encontrar, este deverá ser rebocado para oficinas credenciadas na Cidade de São Paulo para a realização dos reparos necessários, sem cobrança de valores a título excedente de quilometragem pelo deslocamento do automóvel ao destino final;

3.20 – A Contratada deve liberar a Coordenação da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 639/2021 e alterações, nos casos de:

a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais; ou

b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências;

3.21– A Contratada deve fornecer cartão individualizado de identificação de cada veículo, que deverá conter todas as informações indispensáveis para o atendimento, acionamento e utilização do seguro;

3.22 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

3.23 – Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, preferencialmente, em concessionária ou em empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da CRS.Leste, procedendo a reposição utilizando-se de peças novas e originais.

3.24 – Constituirão ainda obrigações da Contratada: O seguro de veículos da frota do Contratante deverá ser do tipo abrangente com franquia reduzida obrigatória, incluindo:

a. Dar cobertura total contra colisões, roubo ou furto total, raios e suas consequências, incêndio e explosão e danos causados pela natureza ainda que resultante de atos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

- b. Cobrir danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros, assim como, as despesas necessárias ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina ou local adequado mais próximo da ocorrência no caso de utilização do guincho;
 - c. Prestar assistência no prazo máximo de 02 (duas) horas, contadas a partir do comunicado feito pelo condutor do veículo ou pelo fiscal do Contrato;
 - f. Cobrir as despesas provenientes de danos materiais e/ou danos corporais, causados a terceiros, além de despesas com custas judiciais e honorários de advogados, desde que decorram de reclamações relacionadas com os riscos cobertos, respeitando os limites máximos de indenização estipulados na apólice, bem como, as despesas necessárias ao transporte dos veículos até a oficina ou local, indicados pelo Contratante, no caso de utilização do guincho;
 - g. Ter cobertura para Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Materiais;
 - h. Ter cobertura para Responsabilidade Civil Facultativa – Danos Corporais;
 - i. Ter cobertura de morte ou invalidez para passageiro e/ou condutor do veículo;
 - j. Considerar a perda total do veículo em caso de roubo, furto ou acidente, quando o valor estimado para sua reparação exceder a 75% do valor de mercado, observado no momento da ocorrência do sinistro, de acordo com a tabela da FIPE.
 - l. Garantias adicionais: ao segurado, até o valor do respectivo limite máximo de responsabilidade de acessórios (vidros para-brisa, faróis/lanternas/retrovisores) relacionados na proposta que forem considerados parte integrante do veículo segurado, contra os eventos garantidos pela cobertura contratada para o veículo e condutores dos veículos indeterminados;
 - m. A Contratada é obrigada informar o nome de representante/corretor credenciado, seu endereço, o nome do preposto que irá representá-la quando da execução do contrato, fornecendo telefone, e-mail na cidade de São Paulo, endereço e telefone de contato, para os casos de urgência, em observância ao disposto no art. 118 da Lei Federal 14.133/21 c/c o disposto no art. 127 do Decreto Lei nº 2.063/1940.
- 3.25 – Conceder ao segurado desconto na renovação do seguro que aumente progressivamente, caso não haja sinistro na vigência da apólice anterior.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

- 4.1 – Comunicar à Seguradora sobre os sinistros para que esta providencie a remoção dos veículos até a empresa indicada para elaboração do orçamento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 4.2 – Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços de reparos;
- 4.3 – Exercer, por meio de servidor especialmente designado, a fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.
- 4.4 – Cumprir todas as normas e condições do presente Termo;
- 4.5 – Assegurar à CONTRATADA o pronto pagamento do prêmio do seguro;
- 4.6 – Permitir e facilitar a vistoria do bem a ser segurado;
- 4.7 – Informar a CONTRATADA sempre que houver transferência de veículo;
- 4.8 – Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias pela cobertura do seguro objeto desta licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 O presente instrumento de contrato terá vigência de 12 (doze) meses da data da constante na ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

- 6.1 O valor anual do presente contrato é de R\$ (.....).
- 6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO

- 7.1 – O pagamento do prêmio de seguro dar-se-á em 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo das apólices.
- 7.2 – O pagamento será efetuado, em parcela única, a crédito de conta corrente no Banco do Brasil SA.
- 7.3 – A empresa vencedora deverá estar cadastrada no sistema contábil como fornecedora da PMSP e, possuir Conta Corrente no Banco do Brasil informando na proposta a agência e número da conta.
- 7.4 – A CONTRATANTE efetuará o pagamento do valor da franquia diretamente à empresa indicada pela Seguradora para execução dos reparos.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos art. 117 e 140 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.2 Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por Fiscal designado.
- 8.3 Solicitar à CONTRATADA a nova execução que, porventura, forem rejeitados pela Fiscalização, sem quaisquer ônus para a CRS.Leste.
- 8.4 Os serviços serão executados pela Contratada, com a supervisão e fiscalização da CONTRATANTE, nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/21 e alterações, ficando designados os funcionários para fiscalização deste ajuste:

UNIDADE	TITULAR	SUPLENTE
---------	---------	----------

Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

UVIS CIDADE TIRADENTES	Patricia de Oliveira Esmerini RF 7934491/1	Camila Hungaro Munhoz Verissimo RF 8075212/1
UVIS ERMELINO MATARAZZO	Nelson Oliveira Fernandes Junior – RF 787.212-7	Marcia Aguiar – RF 585880-1
UVIS GUAIANASES	Valéria Maria Rocha Mendes. RF 629.628.9.2	Florivaldo Alexandre Silva – RF 733.221-1
UVIS ITAIM PAULISTA	Sheila Barbancho Dos Anjos – RF8064571	Ebnezer do Nascimento – RF 7894511/1
UVIS ITAQUERA	André Cesar Da Silva – RF 8064563/1	Mario Turaça Arrojo – RF 750422-5
UVIS SÃO MATEUS	Carolina Palopoli Perez – RF 80670661	Carlos Roberto de Moraes Junior – RF 785.258-4
UVIS SÃO MIGUEL	Andreia Dos Santos Paixão – RF 80608191	José Alves Vieira – RF 750.593.1

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

Além das penalidades a seguir e ainda, sem prejuízo das sanções previstas no Título IV do Capítulo I da Lei Federal 14.133/2021, a contratada estará sujeita às outras penalidades abaixo estipuladas nos itens subsequentes, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexadas aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

9.1 - Pela inexecução total do ajuste, MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao total do contrato;

9.2 - Pela recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou termo aditivo, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

9.3 - Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas e ou erros de execução, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções:

9.3.1 - Advertência;

9.3.2 - Multas:



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

9.3.2.1 - 1% (um por cento), diária, sobre o valor anual do contrato, quando não cumpridas fielmente às condições pactuadas, até a data da correção da falha, imperfeição ou irregularidade, até o limite de 10 (dez) dias, contados a partir da data prevista para o início da execução do serviço ou da notificação.

9.3.2.2 - Ultrapassado o prazo acima mencionado, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, à multa de 10% (dez por cento) do valor estimado anual do Contrato, facultada a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021.

9.3.2.3 - Pela inexecução parcial do ajuste, MULTA DE 10% (dez por cento), sobre o valor do Contrato;

9.3.2.4 - Pelo não atendimento ao chamado por parte da Contratante, no prazo de até 02 (duas) horas, para a assistência contratual, MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do veículo;

9.3.2.5 - Ultrapassados o prazo de 02 (duas) horas, sem o atendimento para a realização da assistência contratual, configurar-se-á inexecução parcial, prevista no item 9.3.2.3;

9.3.2.6 - MULTA por descumprimento de quaisquer das cláusulas e itens obrigacionais do contrato: 3% (três por cento) sobre o valor do contrato;

9.3.2.7 - Pelo descumprimento de qualquer outra cláusula, que não diga respeito diretamente à execução do objeto contratual, MULTA DE 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

9.3.2.8 - MULTA DE 1% (um por cento) sobre o valor faturado no mês da ocorrência para:

9.3.2.8.1 - Falta de polidez no trato com usuários e/ou funcionários da PMSP por ocorrência e por empregado;

9.3.2.8.2 - Falta de uniforme, crachá de identificação e/ou equipamentos, por ocorrência e por empregado.

9.3.3 - Pela rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, MULTA DE 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

9.3.4 - MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por não atendimento a solicitação da CONTRATANTE para apresentação da documentação referente aos recolhimentos fiscais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outros documentos necessários, a fim de se comprovar a regularidade da CONTRATADA.

9.4 - As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

9.5 - As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, podendo, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

9.6 - O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, caso tenha se encerrado o contrato.

9.7 - A sanção contratual prevista no artigo 156 da Lei Federal 14.133/2021, projeta efeitos somente no ente federativo que tiver aplicado a sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no art. 140 da Lei Federal 14.133/21, sempre através de Termo Aditivo.

10.2 - A Contratante se reserva o direito de promover a supressão ou acréscimo previsto no art. 125 da Lei Federal 14.133/21, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos e conforme o disposto nos arts. 137 e incisos da Lei Federal 14.133/21.

11.2 - Em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, ficam reconhecidos os direitos da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, na forma prevista no art. 164, da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

13.1 - Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto às mesmas, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento deste contrato.

13.2 - Este ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão ao Decreto Municipal 62.100/22 e Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes, legislação aplicável à execução dos contratos e especialmente aos casos omissos, que deverá ser observada no decorrer de toda contratação.

13.2.1. Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 138 da Lei 14.133/21, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

13.2.2. O não cumprimento da legislação trabalhista vigente, quando constatado pelos Órgãos competentes, poderá ensejar a rescisão do ajuste, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.3 A CONTRATADA deverá arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto na Lei Federal 14.133/21.

13.4 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

13.5 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

13.6. Fica eleito o foro do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

13.7. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer



Coordenadoria Regional de Saúde Leste
CNPJ 46.392.148/0021-63

pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, depois de lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado administração da Contratante, de acordo com o art. 91, da Lei Federal 14.133/21.

São Paulo, de de 2.023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

1 -

2 -

São Paulo,dede 2.023.

Identificação e assinatura do servidor responsável

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste, **conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARO que a empresa,
CNPJ

nº., através do senhor(a), RG.

nº., efetuou VISTORIA nesta data nos VEÍCULOS que farão parte do rol da pretensa contratação, localizados à, e que esses elementos são suficientes para elaboração da proposta de preço, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL PARA 11 (ONZE) VEÍCULOS DA MARCA VOLKSWAGEN - MODELO SAVEIRO 1.6 CS, ANO 2012/2013, COR BRANCA e 08 VEÍCULOS DA MARCA FIAT - MODELO STRADA HARD WORKING CD 1.4 CABINE DUPLA, COR BRANCA, ANO 2020/2020 descrito no Termo de Referência.

São Paulo,de de 2.023.

(Assinatura/Carimbo/Servidor) (responsável pelo acompanhamento da visita)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste, **conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.**

ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 01/02

A (empresa).....
inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida
na....., nº....., telefone/fax
nºs....., e-mail....., propõe prestar o
serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SAVEIRO 1.6 – CS FLEX			
	SEGURO VEICULAR	11		
	FRANQUIA	11		
2	STRADA HARD WORKING CD 1.4			
	SEGURO VEICULAR	8		
	FRANQUIA	8		

Preço anual global: R\$(.....)

(em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

01. Prazo de início da prestação dos serviços: 03 dias (**úteis**) a contar da Ordem de Início a ser emitida pela Administração.

02. Indicação Conta Corrente: Decreto Municipal 51.197/2010

Banco do Brasil S/A

Nome e nº Agência: _____ nº _____ - Nº Conta: _____

Fls. 02/02

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e , e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo II do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

São Paulo, de de 2023...

Cargo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste, **conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.**

ANEXO V

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de _____ de 2023.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste, **conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.**

ANEXO VI

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.

Coordenadoria Regional de Saúde Leste

- 4)** que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 7)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8)** Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de de 2023.

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 19/2023

PROCESSO: 6018.2022/0089878-0

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro de automóvel para a frota composta de veículos utilitários utilizados nas ações de Vigilância em Saúde e Controle de Vetores da SMS – CRS Leste, **conforme especificações constantes do Anexo II do Edital.**

ANEXO VII

CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

(BALANÇO PATRIMONIAL)

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG): } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC): } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq \dots$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG): } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq \dots$$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez geral – índice maior ou igual a 1,00

Liquidez corrente – índice maior ou igual a 1,00

Solvência geral – índice maior ou igual a 1,00

ASSINATURA DO CONTADOR
CRC